

CPI MERENDA

8ª Reunião da CPI Merenda 31/08/2016 às 09:00 horas no Plenário D. Pedro I.

Presidente: Deputado Marcos Zerbini

Item	Data	Solicitante	OBJETO	Vista
1	18/08/2016	José Zico Prado, Alencar Santana Braga e Luiz Turco	Requerimento nº 112/2016 - Requer o envio de ofício ao Dr. Paulo Dimas Mascaretti, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para solicitar os documentos relativos à investigação de pessoas com prerrogativa de foro da competência originária daquele tribunal, referente ao processo da denominada Operação Alba Branca, inclusive as delações premiadas já homologadas pela justiça.	
2	22/08/2016	Deputado Alencar Santana Braga	Requerimento nº 116/2016 - Requer envio à Secretaria Estadual de Educação, solicitando as seguintes informações: 1) Como é feita a aquisição de carnes bovina/frango para a alimentação escolar? Quem são os fornecedores? 2) Informar os contratos de fornecimento de carne bovina/frango para a alimentação escolar no período compreendido entre 2011-2016. 3) Como se dá o controle e fiscalização do cumprimento do contrato e da qualidade da carne bovina/frango fornecida? 4) Em que local o produto alimentício carne bovina/frango destinado à alimentação escolar é entregue e armazenado? 5) Quais itens adquiridos, detalhando tamanho e outras especificações contidas no edital de licitação e preço de referência; 6) Qual o prazo de vigência do contrato e quais aditivos contratuais foram firmados; 7) Qual o valor global do contrato e por item contratado, assim como os pagamentos realizados e saldo dos contratos; 8) Encaminhar cópias dos contratos e aditamentos firmados de 2011 a 2016, preferencialmente em meio digital; 9) Durante a vigência desses contratos, houve a ocorrência de entrega de carne bovina/frango estragada aos estabelecimentos de ensino? Nessa hipótese, houve determinação para que as mesmas fossem descartadas? Mencionar os casos ocorridos, com data, quantidade e valores correspondentes e ainda se houve apuração de responsabilidade, tanto da empresa que forneceu alimento estragado quanto do servidor público que atestou recebimento de alimento estragado e determinou a distribuição do mesmo aos estabelecimentos de ensino.	

3	22/08/2016	José Zico Prado, Alencar Santana Braga e Luiz Turco	Requerimento nº 118/2016 - Requer o envio de ofício ao Núcleo do GAECO de Sorocaba, na pessoa da Promotora de Justiça Dr ^a Helena Cecília Diniz Teixeira Calado Tonelli, para que encaminhe a esta CPI cópia do PIC n.º 08/2012, que cuida de suposto cartel, fraude e desvio de verbas públicas em escolas estaduais e municipais a partir do fornecimento de merenda, informação contida no ofício n.º 90/2016-SEG, encaminhado a este colegiado pelo Secretário Executivo do GAECO/SP, Dr. Amauri Silveira Filho.	
4	24/08/2016	Deputado Alencar Santana Braga	Requerimento nº 119/2016 - Requer a realização de diligência junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com o Presidente Dr. Paulo Dimas Mascaretti e com o desembargador relator dos autos nº 2022926-82.2016.8.26.000 (Protocolo nº 15.350/2016 da Procuradoria Geral de Justiça), para solicitar os documentos relativos à investigação de pessoas com prerrogativa de foro da competência originária daquele tribunal, inclusive eventuais delações premiadas já homologadas pela Justiça.	
5	24/08/2016	Deputado Barros Munhoz	Requerimento nº 120/2016 - Requer que a CPI proceda a diligências "in loco" na COAF - Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar, cuja sede está instalada no Município de Bebedouro, com o intuito de averiguar os documentos e procedimentos da referida cooperativa quando do desenvolvimento de suas atividades, bem como de coletar os dados necessários, ouvir testemunhas, ou efetuar qualquer procedimentos afeto às suas atribuições, a fim de contribuir para com a persecussão de seus objetivos.	
6	24/08/2016	Deputado João Paulo Rillo	Requerimento nº 130/2016 - Requer que seja oficiada a JUCESP para que envie cópia de todo o processo de registro de ata e alteração estatutária da COAF, para esclarecimentos sobre as fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca.	
7	25/08/2016	Deputado Alencar Santana Braga	Requerimento nº 146/2016 - Requer o envio de ofício à Global S/C Ltda-ME, CNPJ 03.351.776/0001-44, para fornecer cópia dos documentos referentes ao livro caixa ou instrumento com o mesmo teor onde conste toda a movimentação financeira e inclusive bancária da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (COAF).	
8	25/08/2016	Deputado Alencar Santana Braga	Requerimento nº 147/2016 - Requer o envio de ofício à Global Assessoria & Consultoria em Gestão de Negócios S/S Ltda-ME, CNPJ 04.777.221/0001-21, para fornecer cópia dos documentos referentes ao livro caixa ou instrumento com o mesmo teor onde conste toda a movimentação financeira e inclusive bancária da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (COAF).	

Para ciência:

9) Respostas encaminhadas a esta Comissão, entre os dias 22 e 26/08/2016, em conformidade com a solicitação contida nos requerimentos n.ºs 95 e 96, pelos seguintes Municípios:

- afirmando a não existência de contrato com a COAF (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar) e com a COAGROSOL (Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis): Bananal, Barra Bonita, Barra do Chapéu, Birigui, Bom Sucesso de Itararé, Borá, Caiuá, Cândido Mota, Capivari, Cordeirópolis, Cosmorama, Cunha, Duartina, Engenheiro Coelho, Fernão, Ibitinga, Inúbia Paulista, Ipaussu, Ipeúna, Itajobi, Itaporanga, Itapura, Itaquaquecetuba, Jaú, Jeriquara, Macatuba, Maracá, Marinópolis, Mendonça, Monte Aprazível, Nantes, Nova Luzitânia, Paraguaçu Paulista, Paulistânia, Piacatu, Piedade, Piraju, Pirajuí, Pirapozinho, Populina, Porto Ferreira, Presidente Alves, Rancharia, Rio Claro, Salto de Pirapora, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Salete, São João do Pau d'Alho, São José do Rio Pardo, São Miguel Arcanjo, Serra Azul, Socorro, Tatuí, Teodoro Sampaio, Três Fronteiras.

- afirmando a existência de contratos: Agudos (COAGROSOL), Itatiba (COAF), Guarujá (COAGROSOL), Orlândia (COAF), Pederneiras (COAGROSOL), Porangaba (COAF) e São Paulo (COAGROSOL).

10) Resposta ao requerimento nº 104/2016 encaminhada pelo Juiz Diretor da 2ª Subseção Judiciária da Justiça Federal de Ribeirão Preto.